

Nos anos de chumbo da ditadura, a resistência dos trabalhadores

Com o golpe de 64, os militares acabam com as liberdades democráticas, intervem nos sindicatos, extinguem os partidos, cassam e suspendem os direitos políticos de centenas de parlamentares, líderes políticos e sindicais. Diretorias inteiras de sindicatos são destituídas acusadas de subversão. É um tempo de prisões, torturas, mortes e perseguições políticas golpeando as esquerdas e os movimentos sociais. O golpe também fecha as Ligas Camponesas no Nordeste.

A primeira reação pública dos trabalhadores à ditadura acontece durante o ato oficial de 1º de Maio realizado em 1968 na Praça da Sé, em São Paulo. Pedras e paus são jogados no governador Abreu Sodré, que foge. Os trabalhadores incendeiam o palanque e fazem passeata pelas ruas centrais da cidade.



Protesto dos trabalhadores no ato oficial de 1º de Maio de 1968, na Praça da Sé

Nesse ano, o Exército invade a Willys (hoje Ford) e acaba com greve de três dias. No Rio, a palavra de ordem de passeata que reúne 100 mil pessoas é *Abaixo a Ditadura*.

Em junho, os metalúrgicos entram em greve e ocupam a Cobrasma, em Osasco, e mais cinco fábricas. Tropas do Exército avançam sobre as barricadas e acabam com a

greve.

Em dezembro, os militares decretam o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a repressão aumenta. Em 1969, o general Garrastazu Médi

assume a presidência e começa o mais repressivo dos governos militares com prisões, torturas, assassinatos e muitos exilados. A censura prévia controla a imprensa.



Passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro



Prisão dos trabalhadores na Cobrasma

Crescimento econômico com forte arrocho

Entre 1968 e 74, o País vive o chamado milagre brasileiro, com crescimento econômico batendo nos 10%, mas com arrocho salarial. A maior parte dos sindicatos do País, antes controlados por comunistas, fica nas mãos de interventores e pelegos.

Apesar da repressão brutal, os projetos de organização popular continuam, articulados por setores que lutam pelo fim da ditadura.

Eles estão visíveis nas sociedades amigos de bairros, nos movimentos por moradia ou legalização de imóveis clandestinos, na luta por saneamento, na conquista de sindicatos e também na criação de associações profissionais.

Em 1974 é realizado o 1º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Nas montadoras, os trabalhadores mostram organização com manifestações por salários e condições de vida.

Nesse ano, o Congresso

Nacional escolhe o general Ernesto Geisel como presidente.

A economia está em baixa e a crise internacional do petróleo acaba com o milagre econômico.

O movimento pela abertura política e fim da ditadura militar aumenta e 1978 será um divisor de águas. Em janeiro assume a presidência do Brasil o general João Baptista Figueiredo.

Aqui no ABC, o nosso Sindicato lança campanha por recuperação das perdas salariais. No ano anterior a inflação havia ficado em 38%, mais o reajuste salarial pretendido pelo governo seria a metade disso.

O novo sindicalismo

A partir da Scania, os metalúrgicos cruzam os braços e o movimento se estende por outras de fábricas da região.

Com as greves dos metalúrgicos em 78, 79 e 80 a classe operária retoma a cena



Greve dos trabalhadores na Scania, em maio de 1978, retoma luta dos trabalhadores na ditadura militar

como um novo ator político.

Mais do que uma simples reivindicação salarial, os trabalhadores reassumem a luta contra a ditadura para exigir democracia no Brasil e uma nova estrutura sindical

A partir daí a história do Brasil será diferente.

ESTILO SONORAÇÃO
TUBARÃO E SEM SUSTENTAR

- Festas
- Shows
- Aniversários
- Casamentos e Eventos com Bandas
- Iluminação
- Palco Estrutura em Alumínio
- Camo de Som
- Tiro Elétrico e DJ's

Fone: (11) 4511-4907 / Itaipava: (11) 9950-9429
e-mail: contatoestilosound.com.br

Tribuna Metalúrgica



Terça-feira

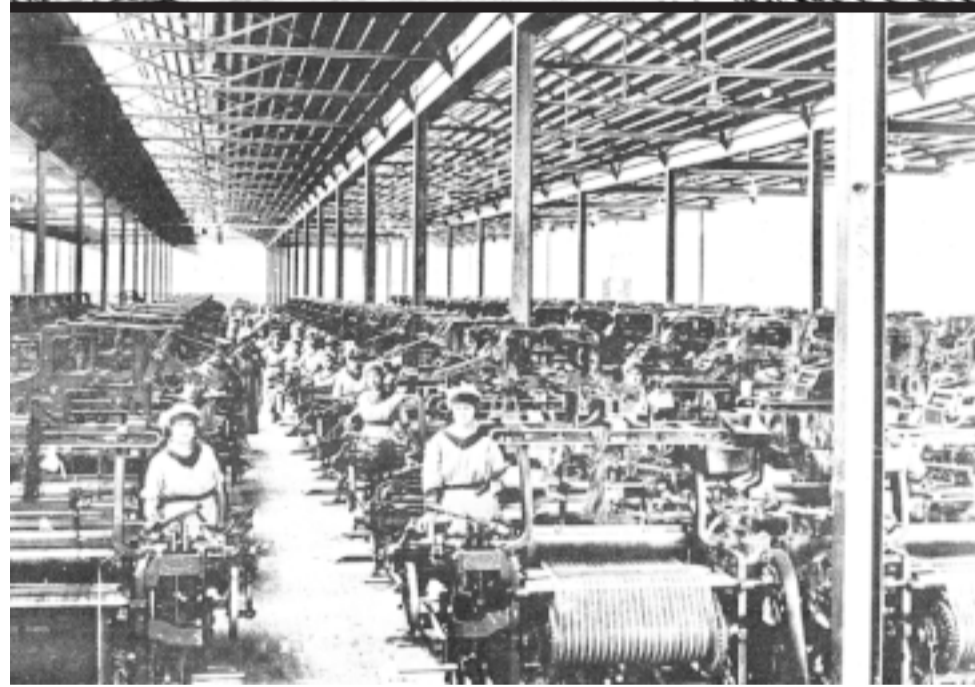
11 de abril de 2006

Edição nº 2151

ESPECIAL

1º de Maio de 2006 - 120 anos de luta

O movimento operário mudando o Brasil



A classe operária brasileira começa a se formar tardiamente em relação a Europa. Sua luta, entretanto, foi fundamental para a conquista de direitos trabalhistas e sociais

Era o ano de 1890. Enquanto na Europa os trabalhadores se preparavam para comemorar um 1º de Maio unificado reivindicando oito horas diárias, aqui no Brasil - já República - ainda não havia uma classe operária, pois o País era essencialmente agrícola.

A escravidão acabara há apenas dois anos. No campo, os trabalhadores imigrantes cultivavam café para os latifundiários, enquanto o ex-escravo, sem acesso à terra, sujeita-se ao trabalho nas fazendas sem qualquer direito, ainda sob domínio dos coronéis.

Os centros urbanos crescem e diversificam as ofertas de trabalho, e é nesse

momento que surge o operariado, seja na indústria têxtil e de alimentos, ou em obras de infra-estrutura como abertura de ruas, instalação de iluminação e de trilhos para bondes.

O trabalhador não tinha direitos, não havia limites de jornada, salário mínimo, descanso semanal ou aposentadoria. A discriminação e o preconceito excluem os escravos do trabalho formal.

Os conflitos trabalhistas ou greve eram duramente reprimidos pela polícia. Reuniões para a formação de um partido operário terminavam em prisões e espancamentos.

Em 1901, os trabalhadores nas pedrei-

ras do Rio - então a capital do País - fazem greve e conseguem reduzir a jornada de trabalho de doze para dez horas.

Nos anos seguintes várias categorias se mobilizam e conseguem a redução da jornada e aumento de salário. Os imigrantes, principalmente italianos, trazem também o sonho anarquista, de uma sociedade sem governo, sem patrões e igualitária, realizando trabalhos coletivos. Para derrubar o capitalismo, pregavam os anarquistas, o começo é a ação direta através de greve geral.

Leia mais sobre a organização dos trabalhadores brasileiros nesta segunda edição especial sobre o 1º de Maio.

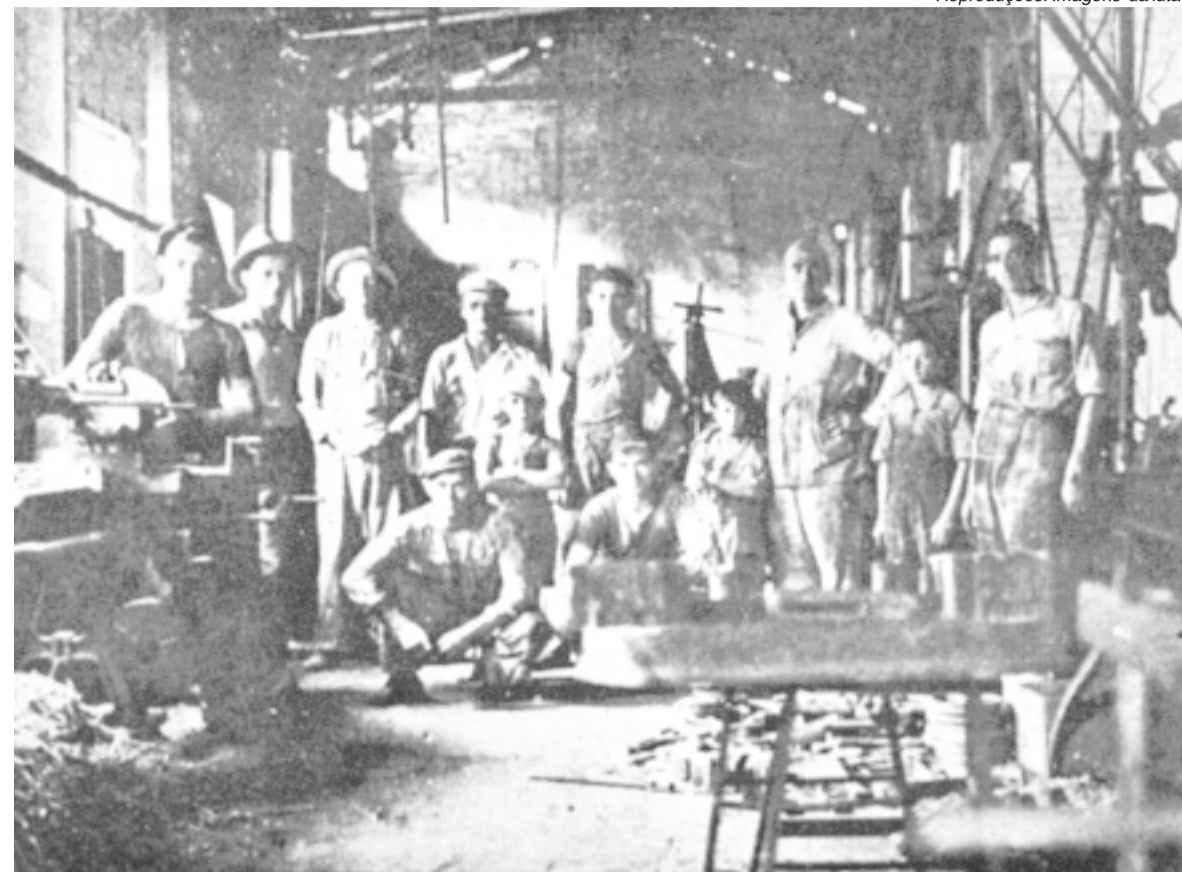
O início da organização e a conquista das oito horas

Em 1902, os trabalhadores na fábrica de tecidos Ipiranguinha, em Santo André, cruzam os braços por melhores condições de trabalho. Esse é o primeiro registro de greve na nossa região, que iniciava seu processo de industrialização.

Em 1906, congresso reunindo dezenas de sindicatos cria a Confederação Operária Brasileira (COB), dando início a uma nova fase na organização dos trabalhadores.

Entre outras decisões, o congresso retoma o caráter de luta do 1º de Maio pelas oito horas diárias, confrontando decisão do governo, que havia decretado o dia como feriado para festa e confraternização com os patrões.

A COB impulsiona a criação de sindicatos. No ano seguinte, dezenas de categorias entram em greve em São



Reproduções: Imagens da luta
Oficina mecânica no início do século passado. Começo da formação da categoria metalúrgica

Paulo.

São metalúrgicos, pedreiros, sapateiros, gráficos, marmoristas, tecelões, padeiros, encanadores, vidraceiros

e costureiras, entre outros.

Apesar da forte repressão, as greves continuam por cerca de um mês, até que os patrões passam a concordar

com a jornada de oito horas e o governo federal aprova decreto reconhecendo os sindicatos e as associações cooperativas.

Revolução Russa mobiliza operários no mundo



Manifestação de trabalhadores brasileiros pede o fim da 1ª Guerra

2º Congresso da COB, em 1913. No destaque, o jovem Constante Castelani

Nos anos seguintes, uma Europa em clima de pré-guerra e a crise econômica mundial fazem retroceder a organização operária. Em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial, as centrais sindicais assumem a defesa da paz.

O início de 1917 marca a derrubada da monarquia russa, e os trabalhadores assumem o poder revolucionário.

A repercussão foi internacional, mostrando que era possível um governo de trabalhadores, redobrando o ânimo operário no mundo todo na luta por uma vida melhor.

Aqui no Brasil, o operariado também

comemora a revolução russa e milhares de trabalhadores participam do 1º de Maio de 1917 nas principais cidades do País.

São duas as reivindicações unitárias: neutralidade do Brasil na guerra e criação de programas de governo para aumentar empregos e salários.

Nas semanas seguintes, dezenas de categorias em todo o País entram em greve e o clima é de revolta popular. Em São Paulo o movimento assume características de insurreição. As greves pararam a cidade, que vira uma praça de guerra. O governo joga sua máquina repressiva sobre os trabalhadores.

Constante Castelani, operário de 17 anos foi assassinado pela polícia durante passeata em Santo André, em 1919.

Dois meses depois, ainda em 1917, o governo e patrões fazem acordo com os grevistas em troca de promessas que não serão cumpridas. A vitória dos trabalhadores têm repercussão nacional.

A guerra acaba em 1918, e diante da intensa mobilização dos operários, os governantes europeus realizam conferência acatando reivindicações como jornada de oito horas, salário mínimo, fim do trabalho infantil e salário e trabalho iguais para homens e mulheres.

A luta faz a lei

Em março de 1922, parte dos sindicalistas brasileiros decide criar um partido operário revolucionário e funda o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em abril de 1929, 50 sindicatos realizam congresso e fundam a Confederação Geral do Trabalho do Brasil.

Um ano depois, uma burguesia ascendente derruba o governo das velhas elites agrárias representadas pelos grandes proprietários rurais paulistas e mineiros. Com a ajuda de militares, o novo presidente, Getúlio Vargas, cria o Ministério do Trabalho. Com poder de intervenção nos sindicatos, promove reformas implantando a jornada de oito horas e a obrigatoriedade da carteira profissional.

Ao mesmo tempo em que atende reivindicações antigas dos trabalhadores, o governo acaba com a liberdade de organização sindical. Pela nova legislação, só o assistencialismo é permitido.

Dos 1.494 sindicatos existentes, o governo legaliza 364, colocando os outros na ilegalidade, perseguindo e prendendo trabalhadores.

No ABC, a União Operária tenta se transformar num sindicato de várias categorias. Como o pedido é negado pelo governo, os trabalhadores começam a formar sindicatos por categorias, tendo à frente trabalhadores comunistas.

Em 1937, Getúlio implanta uma ditadura, com censura aos meios de comunicação e perseguição de toda a oposição, desmantelando a organização dos trabalhadores.

Tribuna
Publicação diária do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Redação: Rua João Basso, 231 - Centro São Bernardo - CEP: 09721-100
Fone: 4128-4200 - Fax: 4127-3244
www.smac.org.br
imprensa@smabc.org.br

Regional Diadema: Av. Encarnação, 290 - Piraporinha. Telefone 4066-6468 CEP 09960-010

Regional Santo André: Rua Senador Fláquer, 813 - Centro. Telefone 4990-3052 CEP 09010-160

Diretor Responsável: Sergio Nobre
Repórteres: Carlos Alberto Balista, Gonzaga do Monte e Silvio Berengani
Repórter Fotográfica: Raquel Camargo

Arte e Edição Eletrônica: Eric Galeta
CTP e Impressão: Simetal ABC Gráfica e Editora Fone: 4341-5810

Mais direitos com a CLT. Ditadura controla Sindicatos

A partir de 1937, Getúlio amplia a legislação trabalhista e cria a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela concede salário mínimo, auxílio-natalidade, salário-família, licença para gestante, descanso semanal remunerado e estabilidade no emprego após dez anos.

A CLT, no entanto, deixa de fora os trabalhadores rurais e não é fiscalizada com rigor. Na maior parte das vezes, as leis não são cumpridas.

Getúlio aproveita para criar o imposto sindical e extinguir o direito de greve, aumentar o controle e fiscalização sobre os sindicatos. Surgem os pelegos, dirigentes a serviço do governo.

Em 1945 acaba a Segunda Guerra e Getúlio cai, deposto pelos militares. O novo governo persegue duramente os trabalhadores, milhares de sindicatos são desmantelados e o Partido Comunista, então na vanguarda das lutas operárias, é coloca-



Reprodução Cem Vezes Primeiro de Maio
Desfile de 1º de Maio em 1942 no Estádio São Januário, no Rio de Janeiro. O ditador Getúlio Vargas quis construir a imagem de pai dos pobres. Armando Mazzo no destaque

do na ilegalidade.

Nas eleições municipais de 1947, o marceneiro e sindicalista Armando Mazzo é eleito prefeito da cidade de Santo André.

Pela primeira vez no País, um trabalhador ganha as eleições para prefeito. Como o

PCB estava na ilegalidade, ele concorre pelo PST.

Mas em uma puxada de tapete das elites, a Justiça Eleitoral declara nula a eleição de Mazzo e de outros 13 vereadores comunistas eleitos na cidade. Nesse ano, o governo federal intervém em mais de

100 sindicatos.

Vargas volta ao poder em 1950 e em seu segundo mandato enfrenta um forte movimento por sindicatos livres.

Com o aumento da carestia, os trabalhadores cruzam os braços por aumento salarial e, em 1954, Getúlio anuncia a

duplicação do salário mínimo.

A pressão dos trabalhadores aumenta. As elites levam Getúlio Vargas ao suicídio em agosto desse ano, sendo substituído por Café Filho (1954-55), que cria o imposto na fonte sobre a renda do assalariado.

Avanços provocam elite. Vem o golpe de 64

A partir dos anos 50, e com mais intensidade nos anos 60, a mecanização no campo provoca mudanças nas condições de vida dos trabalhadores rurais.

Surgem as Ligas Camponesas, organizadas por trabalhadores rurais que perderam as terras onde trabalhavam. Sob o lema *Reforma agrária na lei ou na marra*, as Ligas se desdobram em movimentos de ocupação de terras.

Já os assalariados rurais se organizam em sindicatos para reivindicar direitos básicos como salário mínimo, férias e 13º.

No Sudeste, os antigos colonos nas fazendas de café e de cana são expulsos da terra e se transformam em bóias-frias nas periferias das cidades.

Com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956 a 60) o Brasil cresce a



Reprodução Tribuna Metalúrgica
Tanques do Exército ocupam a cidade do Rio de Janeiro na manhã de 1º de abril de 1964. Começam os anos de chumbo

taxas de 7% ao ano, favorecendo a concentração de capital com a entrada das indústrias multinacionais.

O aumento da produtividade decorrente do aprimoramento tecnológico não se traduz em benefício ao trabalhador.

Jânio Quadros assume

em janeiro de 1961 e renuncia em setembro do mesmo ano, criando uma crise política por causa do veto dos ministros militares à posse do seu vice, João Goulart, o *Jango*.

Reformas de base Goulart é herdeiro de

Getúlio e procura atrair os trabalhadores para a sua influência. Ele assume um gabinete parlamentarista e dois anos depois forma seu próprio gabinete com a vitória do presidencialismo em plebiscito.

Sob pressão popular, sindical e de setores da esquer-

da, *Jango* anuncia as reformas de base para modernizar as estruturas agrária, bancária e fiscal, entre outras.

Goulart aprova o ensino gratuito nas empresas com mais de 100 trabalhadores e o 13º salário para o funcionalismo público. Faz o Estatuto do Trabalhador Rural, que finalmente regula o trabalho no campo.

Ao realizar um governo próximo dos trabalhadores e do movimento popular, *Jango*, já mal visto pelos militares, cai em desgraça junto às elites.

A oposição interna, com ajuda dos Estados Unidos, alega que João Goulart representa o perigo vermelho do comunismo e que pretende implantar uma república sindical no País.

Em março de 64, os militares depõem *Jango* e implantam uma ditadura que vai durar 20 anos.